

Europa e América Latina frente à II Cúpula

(17 e 18 de maio de 2002 - Madri)

Recomendações
desde a perspectiva alemã



**"Sem uma cultura de cooperação global os futuros
problemas do mundo não poderão ser resolvidos."**

A 02 - 02251

Europa e América Latina frente à II Cúpula

(17 e 18 de maio de 2002 - Madri)

Recomendações desde a perspectiva alemã

**“Sem uma cultura de cooperação global os futuros
problemas do mundo não poderão ser resolvidos.”**

A 02 - 02251



**Fundação Konrad Adenauer (KAS)
Fundação Friedrich Ebert (FES)
Instituto de Estudos Ibero-Americanos (IIK)
Instituto Ibero-Americano / Preußischer Kulturbesitz (IAI)
Instituto para o Desenvolvimento e a Paz /
Universidade Gerhard-Marcator (INEF)
Instituto Alemão para o Desenvolvimento Político (DIE)**

Tradução: Roland Körber
Revisão: Wilhelm Hofmeister
Diagramação: Beate Bunse
Impresso no Brasil

Índice

I. Introdução	5
II. A União Européia e a América Latina: Desafios à Política	13
1. Erosão ao invés de consolidação da cooperação	15
2. A UE precisa de um perfil perceptível	16
3. A América Latina precisa criar competências de governabilidade global	18
4. A América Latina orienta-se cada vez mais para os EUA	18
III. Diálogo Político	21
1. Segurança externa e interna	21
2. Drogas ilegais: Ameaça social e desafios políticos	27
3. Padrões sociais na discussão entre a União Européia e a América Latina	31
4. Sobre a necessidade de cooperação em questões bioéticas	33
5. Política ambiental e climática	41
IV. Cooperação tecnológica e sociedade informatizada	47
V. Intercâmbio cultural e científico	55

I. Introdução

Em junho de 1999, com a República Federal da Alemanha na presidência da UE, realizou-se no Rio de Janeiro a primeira reunião de cúpula de chefes de estado e de governo dos países da União Européia e dos países da América Latina e do Caribe. Antes dessa reunião de cúpula, várias instituições políticas, econômicas, científicas e sociais alemãs formularam recomendações para o preparo da declaração política e do plano de ação da cúpula do Rio.¹ As recomendações apresentadas em 1999 esboçaram um amplo espectro para a agenda birregional entre a América Latina e a UE no final do século XX. Suas principais declarações ainda continuam atuais mesmo quase três anos após a primeira reunião de cúpula: há grande potencial para cooperação mais densa entre a Europa e a América Latina e, diante da dinâmica da globalização econômica, política e cultural, a cooperação entre as regiões mundiais ganha importância crescente no século XXI. No entanto, a tarefa de intensificá-la não é fácil, mesmo porque as condições gerais para um diálogo birregional se modificaram desde a cúpula do Rio. Será necessário principalmente dar um desconto para o otimismo que se manifestava ainda em 1999 em relação à integração no Mercosul. O panorama político, econômico e social tornou-se tenebroso

-
1. A Europa e a América Latina antes da cúpula do Rio: Recomendações do ponto de vista alemão, 1999, Konrad-Adenauer-Stiftung (*Fundação Konrad Adenauer*), Friedrich-Ebert-Stiftung (*Fundação Friedrich Ebert*), Heinrich-Böll-Stiftung (*Fundação Heinrich Böll*), Bundesverband der Deutschen Industrie (*Federação Nacional da Indústria Alemã*), Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft (*Sociedade Alemã de Investimentos e Desenvolvimento*), Ibero-Amerika Verein der deutschen Wirtschaft (*Sociedade Ibero-Americana do Sistema Econômico Alemão*), Institut für Iberoamerika-Kunde (*Instituto de Estudos Ibero-Americanos*), Institut für Entwicklung und Frieden (*Instituto para Desenvolvimento e Paz*) e Deutsche Welle.

em alguns países latino-americanos. Também a UE encontra-se numa situação econômica difícil neste início de 2002. Uma retrospectiva para os três anos desde a primeira cúpula mostra que a “parceria estratégica” entre a União Européia e a América Latina, invocada no Rio, ainda carece de substância.

Em 17 e 18 de maio de 2002 será realizado em Madri o segundo encontro de cúpula. Neste, a Europa terá de considerar a possibilidade de arcar com contribuições para solucionar a crise da Argentina, contribuindo com isso para a estabilização e o subsequente desenvolvimento do Mercosul, para a situação política interna e externamente conflituosa da Colômbia e para uma possível crise institucional na Venezuela, tendo em vista as persistentes tendências recessivas da economia mundial. Independentemente disso é indispensável, tanto para a União Européia como para a América Latina, concretizar a agenda comum. Convém que o acordo de cooperação que entrou em vigor em 1º de julho de 2000 entre a UE e o México seja seguido por um acordo de cooperação com a parte sul da América Latina, apesar de toda problemática interna da UE, das negociações correntes na OMC e das atuais dificuldades internas do Mercosul. Os países latino-americanos estão há alguns anos conduzindo negociações que já em 2005 deverão desembocar num acordo de livre comércio abrangendo todo o continente americano (a ALCA).

Por enquanto, a parceria estratégica que se busca não passou do papel, sendo necessário que tome forma por meio de ações concretas. Madri oferece a ambos os parceiros a possibilidade de dar um passo à frente na cooperação regional, caracterizando a estrutura de uma “Nova Ordem Mundial” ainda bastante carente de contornos. Uma cooperação bem-sucedida entre a Europa e a América Latina seria uma contribuição inovadora para uma política interna mundial cooperativa, que se tornou mais premente do que nunca depois do 11 de setembro. Ela poderia fortalecer a posição de ambas as regiões na economia mundial.

Em suas relações com a América Latina, a Europa compete com os EUA. Trata-se de uma competição por receitas de integração: a UE tem

interesse em regiões fortes, com capacidade de atuação política na economia e política mundial. Do ponto de vista da UE, a integração regional é a resposta estratégica ao desafio da globalização. Contudo, é também uma competição em torno de modelos de política econômica: o “capitalismo renano”, que reúne princípios de economia de mercado, segurança por previdência social estatal, um papel ativo dos sindicatos, paz social, democracia política e – mais recentemente – o princípio da sustentabilidade, ainda se distingue perceptivelmente do „capitalismo anglo-saxão”. Afinal, trata-se de uma competição por um mercado de 500 milhões de consumidores e um produto interno bruto de 2 bilhões de euros.

Todavia, todas essas considerações não devem ocultar o fato de que a América Latina não tem importância primária na política externa europeia. As prioridades de política externa e de segurança da UE são óbvias: continuar a desenvolver o estreito relacionamento com os EUA, expansão para o Leste, a Europa Oriental, a paz e a integração dos países balcânicos, o Oriente Médio e os países do Magrebe e a Ásia, com destaque para a China.

Os ataques terroristas de 11 de setembro e suas consequências demonstraram a possibilidade de países ou regiões passarem para o centro das atenções da política externa e de segurança em função de eventos súbitos. Portanto, o estabelecimento de novas prioridades também pode perfeitamente dar-se no curto prazo (não necessariamente de forma sustentada). Essa possibilidade de mudanças, sempre existente, precisa ser levada em conta por meio de uma política sensível de prevenção de crises e administração de conflitos. Isto vale também para a América Latina.

Como *global player* que é, a UE precisa manter-se consciente de que os problemas mundiais não podem ser resolvidos sem uma estrutura global de cooperação. Este é um motivo central para o aprofundamento das relações de cooperação com a América Latina. Ela precisa deixar claro que considera a cooperação regional nas regiões mundiais e a estreita cooperação entre projetos regionais de integração como pilares da política mundial deste século.

A cúpula do Rio relaciona a „parceria estratégica“ às áreas do diálogo político, econômico e social, bem como ao intercâmbio científico e cultural. Neste contexto entende-se parceria como cooperação para atingir objetivos comuns (meio ambiente, clima, economia mundial, etc.). Isto presume que ambas as partes concretizem o diálogo e o intercâmbio e ingressem num processo permanente do qual devem participar os governos, os parlamentos e as sociedades civis no sentido mais amplo, elaborando questões comuns.

É preciso que a parceria estratégica entre a UE e a América Latina seja entendida como tarefa comum também pelo lado europeu, de modo que todos os países da UE se envolvam nela. Soluções substitutivas solapam a sustentabilidade das relações de cooperação. É decisivo, então, que o diálogo e ações comuns dele resultantes sejam sustentados por um princípio de *olhos no mesmo nível*. Isto implica por um lado que a UE precisa superar sua „política de negligência frente à América Latina“, da qual Enrique Iglesias falava durante o preparo da primeira cúpula, e, por outro lado, também o fortalecimento do interesse da América Latina pela Europa, com demonstração de maior disposição de assumir responsabilidades comuns.

A cúpula do Rio definiu a abrangência da expansão, do aprofundamento e da concretização das relações de cooperação entre Europa e América Latina. Os participantes da II cúpula, em Madri, terão de esforçar-se para conferir a alguns campos de cooperação uma forma mais concreta. Deste ponto de vista, as instituições que criaram a presente iniciativa concentraram-se em alguns campos de cooperação. Os temas aqui apresentados só têm caráter de exemplo. Outros temas, tais como migração, biodiversidade, disparidades sociais, direitos humanos, etc., certamente também são importantes para o diálogo birregional.²

2. Neste contexto cabe apontar a iniciativa chamada „Rede Europa-América Latina (Recal)“, apoiada pela UE, que apresentará suas recomendações para a cúpula de Madri em 14 e 15 de março, em Barcelona. (www.recallnet.org)

Partindo dos problemas atuais de dimensão global e da sua relevância futura para ambas as regiões, selecionou-se a seguinte temática:

- A. Diálogo político:
 - Segurança externa e interna
 - Drogas ilegais
 - Padrões sociais
 - Bioética
 - Meio ambiente / clima
- B. Cooperação tecnológica e sociedade informatizada
- C. Intercâmbio cultural e científico

A. Diálogo político

A UE está a caminho de definir uma política externa e de segurança comum. Também na América já existem há tempo esforços nesse sentido. O diálogo sobre política de segurança entre a UE e o Grupo do Rio oferece uma plataforma para experiências próprias e comuns. Outra área temática de interesse comum na política de segurança é o problema da criminalidade geral e organizada. A debilidade do Estado na imposição do seu monopólio da violência evidencia-se também na extensão da guerra interna na Colômbia, na qual o tráfico de drogas fornece o combustível financeiro para importantes partes em conflito. Não há dúvida de que o problema das drogas é um problema global e que somente assumindo responsabilidade comum é que será possível chegar perto de uma solução.

Os países da UE conseguiram unir integração econômica com uma dimensão social mediante normas de aplicação obrigatória. Seu modelo de integração constitui por isso também um modelo atraente para a América Latina, que continua apresentando mundialmente a distribuição de renda mais desvantajosa. Também a América Latina poderia tirar proveito da introdução de padrões sociais mínimos, uma vez que estes têm relevância particular para o relacionamento mútuo dos países sulistas. O argumento sempre repetido de um protecionismo velado só pode ser tratado por meio de um diálogo aberto capaz de criar confiança, no qual os sindicatos e os empresários assumam o papel de protagonistas.

A biomedicina e a biotecnologia serão setores centrais da economia no futuro e estarão no centro do interesse da política social. Necessariamente, as questões éticas são prioritárias desde já, como também demonstra a recente discussão e votação no parlamento alemão a respeito da importação de células-tronco embrionárias. Também em outras áreas da política em que os conhecimentos resultantes de pesquisa se multiplicam celeremente fica claro que a pesquisa frequentemente cria fatos dos quais a política dificilmente poderá omitir-se em sua atividade legislativa. Exatamente nos casos em que as questões fundamentais da existência humana estão em jogo, há necessidade de visões capazes de apontar direções para decisões políticas no plano nacional e também regional e internacional. Convenções internacionais requerem participação da maior amplitude. Quem ficar à margem poderá pôr em xeque todo o aparato regularizador. A bioética precisa tornar-se um dos temas principais do diálogo entre a Europa e a América Latina.

A questão política do meio ambiente é multifacetada. Para não extrapolar os limites do presente trabalho, o artigo que se segue limita-se a apenas um exemplo visível de cooperação multilateral bem-sucedida: o programa-piloto de proteção das florestas tropicais brasileiras (PPG-7), que se baseia numa iniciativa da UE, sendo amplamente financiado por ela. O sucesso do PPG-7 sugere sua expansão aos países limítrofes da Amazônia (Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela). É preciso continuar a dar ênfase ao princípio da sustentabilidade em suas diversas dimensões (política, econômica, ecológica, social, cultural).

A proteção climática ainda é um tema tratado abaixo da sua importância na maioria dos países latino-americanos. Mesmo assim, a América Latina é um importante aliado da Europa na discussão internacional sobre o desenvolvimento subsequente da Convenção do Clima.

B. Cooperação tecnológica e sociedade informatizada

O tema da „sociedade informatizada” caracteriza-se por permear todas as camadas sociais. Trata-se de crescimento sustentado, competitividade

internacional, conservação e criação de empregos, coesão social e política de promoção da paz. Muitos dos campos tradicionais de cooperação ainda não se adaptaram a este desafio. A criação de bancos de dados e o intercâmbio de informações relativas às questões essenciais do desenvolvimento (educação, medicina, agricultura, tecnologia, etc.) e a integração adequada de tecnologias de informação inclusive nos projetos tradicionais de cooperação bilateral e multilateral entre a Europa e a América Latina podem contribuir para modernizar essa cooperação em geral e aumentar sua eficiência. Possibilidades de intercâmbio de experiências e de participação na elaboração de normas internacionais existem p. ex. nas áreas de *internet governance*, *e-government*, *e-democracy* e *e-commerce*.

C. Intercâmbio cultural e científico

A Europa e a América Latina têm estreitos vínculos histórico-culturais. Mesmo assim, não se conseguiu até agora criar bases institucionais adequadas para um diálogo cultural. Nem pelo lado europeu, nem pelo latino-americano se observam esforços sistemáticos a favor de um intercâmbio recíproco. Alguns países europeus dispõem de uma multiplicidade de organizações culturais na América Latina (ainda que em número decrescente), mas inversamente o número de instituições culturais latino-americanas na Europa é diminuto. Não obstante, não é inevitável que a efetividade do intercâmbio cultural diminua por causa da redução dos recursos públicos. Além da busca de recursos privados (o que na Alemanha é reconhecidamente difícil), sugere-se a criação de casas de cultura comuns européias e latino-americanas. Conviria que os países latino-americanos e europeus cooperassem e apresentassem suas culturas sob o mesmo teto em várias cidades européias. Justamente para o apoio a reformas políticas, econômicas e sociais, o diálogo cultural pode contribuir com efeitos estabilizadores.

Os artigos que se seguem formulam recomendações às políticas alemãs e européias em áreas políticas essenciais. Serão apresentadas, discutidas e, na medida do possível, detalhadas em 19 de março em Berlim. A cúpula em Madri pode fornecer impulsos, estabelecer prioridades e

aprovar alguma declaração mais concreta que a do Rio. Os trabalhos propriamente ditos começarão para os governos, parlamentos e as sociedades civis deste e daquele lado do Atlântico no dia seguinte ao da cúpula. As instituições patrocinadoras da presente iniciativa oferecem sua colaboração no processo do desenvolvimento subsequente da cooperação entre a UE e a América Latina. A intenção é continuar, depois da cúpula, a refletir juntamente com políticos, cientistas e representantes da sociedade civil na América Latina a respeito dos temas configurados a seguir e estimular projetos de cooperação.

II. A União Européia e a América Latina: Desafios à Política

Depois dos atentados terroristas de 11 de setembro e os indícios de um reordenamento das relações internacionais, a política mundial está passando por uma reestruturação acelerada. No contexto da nova política mundial, as relações entre a Europa e a América Latina precisam ser instaladas no banco de provas e passar por aperfeiçoamento.

Começam a definir-se áreas problemáticas essenciais na nova agenda da política mundial:

- Os acontecimentos de 11 de setembro demonstraram subitamente que a segurança externa e interna das nossas sociedades depende de cooperação global. Ficou claro, também, que atos de violência devastadora podem provir não somente de governos radicais, mas também de redes terroristas privadas. As políticas externas, de segurança e de desenvolvimento precisam formular respostas a esses desafios. A direção na qual se deve procurar é óbvia: trata-se de desenvolver e fortalecer um multilateralismo cooperativo e honesto.
- As discussões após a cúpula do G-8 no verão de 2001 em Gênova, mas também os debates em torno do fórum econômico mundial de Nova York e do fórum social mundial de Porto Alegre, em fevereiro de 2002, reforçaram a sensibilidade pela necessidade de configuração política do processo de globalização econômica: as repercussões da crise asiática, as crises de endividamento na América Latina, o fracasso das negociações da OMC em Seattle e a iniciativa MAI da OCDE, a persistente volatilidade dos mercados financeiros e monetários mundiais, iniciativas insuficientes de apoio social e ecológico da economia mundial, os

problemas de legitimação política contra “o projeto de globalização”, bem como a marginalização econômica de amplas regiões do mundo na economia global mostram que a economia mundial ainda carece de uma estrutura que lhe dê ordem.

- Muitos dos problemas globais excedem os recursos dos países. Este fato entretanto já está sendo reconhecido também no dia-a-dia da política. Temos de aprender a possibilitar o controle político das interdependências globais do mundo unificado. Isto requer uma cultura global de cooperação, cujas bases ainda estão por ser criadas. Os discursos sobre „governabilidade global“ e „política interna mundial“ apontam a direção na qual a política mundial precisa continuar a desenvolver-se se quisermos evitar instabilidades e crises globais e assegurar o bem-estar nos nossos países. Por enquanto, ainda é fato que a sensibilidade política frente aos novos desafios ainda está longe de refletir-se em inovações institucionais, estabelecimento de prioridades políticas e investimentos reais em soluções eficazes dos problemas globais.

A importância da América Latina para a União Européia

A Europa precisa de parceiros para estar bem equipada para a política e economia mundial do século XXI. A América Latina é uma das regiões do mundo com condições iniciais extraordinariamente vantajosas para uma expansão da cooperação:

- As relações econômicas entre ambas as regiões são estreitas. As vinculações econômicas entre a UE e o MERCOSUL, principalmente, possuem qualidade especial em vista da orientação de ambos os parceiros no sentido de integração regional e cooperação.
- As relações políticas entre a UE e a América Latina são estáveis e livres de grandes linhas de conflito. Do ponto de vista latino-americano, a cooperação estreita com a Europa é importante, seja para poder aumentar a margem de manobra da América Latina com relação aos Estados Unidos, seja para fortalecer alianças econômicas e tecnológicas que

possam contribuir para reverter positivamente a própria posição na economia mundial, que vem piorando sucessivamente há décadas.

- As boas relações culturais entre a UE e a América Latina cresceram ao longo de muito tempo e a proximidade cultural entre as duas regiões facilita enormemente a cooperação política e econômica.

Essas excelentes pré-condições são a razão de tanto se falar na Europa em „parceria estratégica“ com a América Latina. No entanto, um olhar sobre o desenvolvimento das relações euro-latino-americanas durante a última década revela que as chances dessa parceria não estão sendo plenamente aproveitadas. Em vez de um salto de qualidade na cooperação, constata-se antes um sucessivo esgotamento nas relações. A reorientação das políticas entre a UE e a América Latina precisa levar em conta quatro desafios:

1. Erosão ao invés de consolidação da cooperação

O intercâmbio comercial entre as duas regiões reduziu-se nitidamente ao longo da última década, apesar de pré-condições vantajosas.³ Em comparação com isso, é importante notar que o entrelaçamento econômico da América do Sul com a do Norte se adensou fortemente. Também o desmonte de relações de cooperação técnico-econômica entre a Alemanha e as grandes economias latino-americanas no âmbito da política de desenvolvimento aponta na direção errada.

3. Em 1990, 20,9% das importações da região da América Latina/Caribe vieram da UE e 38,4% dos EUA. Os valores correspondentes para 1999 são, respectivamente, 15,8% e 50,3%. Quanto às exportações da região, os números desenvolveram-se de forma ainda mais desvantajosa para a UE: em 1990 a América Latina/Caribe exportava 23,9% para a UE e 38,4% para os EUA, em 1999 tão-somente 11,7% para a UE e 57,4% para os EUA. (Eclac, Economic Indicators, Santiago 2001).

Enquanto em 1990 a parcela da UE no afluxo líquido de investimentos estrangeiros diretos à América Latina/Caribe era de 31,8% contra 60,8% dos EUA, a UE aumentou em 1998 sua participação para 52,2% contra 46,8% dos EUA (FDI in Latinamerica, Perspectives of the major investors, updated version 1999, IDB/Irela 1999)

O intercâmbio *cultural e científico* entre ambas as regiões continua estreito, mas não se desenvolve com dinamismo. Cada vez mais as elites latino-americanas obtêm sua formação nos Estados Unidos. As cooperações em pesquisa entre os países latino-americanos importantes e os EUA cresceram bem mais rapidamente que aquelas entre cientistas europeus e latino-americanos. Em parte isso tem a ver com o inglês como idioma mundial, mas por outro também com a falta de atratividade do sistema universitário europeu e do pequeno número de centros europeus com pesquisas sobre a América Latina capazes de criar redes latino-americano-européias. Não se deve desprezar também a enorme influência da mídia americana sobre as sociedades, a cultura e a política latino-americanas.

É verdade que as *relações políticas* são em geral isentas de crises, mas a UE não tem empreendido grandes esforços para se aproximar efetivamente do objetivo de uma “parceria estratégica”. O fato de a UE não estar até agora em condições de progredir na política agrícola, ou seja, para uma efetiva redução do protecionismo e das subvenções agrícolas, é objeto de acerbos e justificadas críticas da América Latina, sendo freqüentemente interpretado como símbolo de falta de interesse da UE no futuro das relações comuns. As relações entre as duas regiões caracterizam-se mais por rotina que por abertura.

2. A UE precisa de um perfil perceptível

Do ponto de vista latino-americano ouve-se muitas vezes a queixa de que a UE carece de um perfil perceptível na política mundial e que a Europa reage lentamente aos desafios que toquem essencialmente as relações entre a UE e a América Latina (como p. ex. o projeto da zona transamericana de livre comércio apresentado pelo governo dos EUA). Portanto, o adensamento das relações entre a UE e a América Latina pressupõe uma política externa aprofundada, capaz de agir e reagir, e visível por parte da UE.

Não há dúvida de que a Europa dispõe de orientações para a política mundial capazes de se tornarem âncoras de cooperação com a América

Latina na política interna mundial, desde que a UE consiga enfatizar mais seus aspectos fortes. Três exemplos:

- A UE defende o projeto de um *capitalismo civilizado*. Imagina-se a coexistência de economia de mercado, competitividade, desenvolvimento social, justiça, igualdade de oportunidades e, cada vez mais, também sustentabilidade ecológica. Caberia à democracia social tirar proveito das forças do mercado e dominar as forças destrutivas deste. Os países europeus com política de bem-estar social oferecem uma orientação bastante atraente para muitos países latino-americanos. Numa economia integrada, porém, esse modelo precisa ser “reinventado” de uma forma compatível com a globalização. Também a UE está sob pressão de necessidade de reformas. Conviria que a UE e a América Latina reunissem suas forças para gerar contribuições para uma configuração da economia mundial de forma social e ambientalmente compatível.
- Possivelmente o capital decisivo que a UE tenha para a época do globalismo consista na experiência acumulada e internalizada decorrente de quatro décadas de cooperação cada vez mais densa entre os países membros. A sucessiva superação de veleidades nacionalistas, o desenvolvimento de visões europeias comuns, cooperação e coordenação diária para além das fronteiras nacionais, a criação de uma moeda comum e, sobretudo e apesar de todas as críticas justificadas, de estruturas europeias funcionais, a transferência de soberanias nacionais para instituições comuns, o enfeixamento de „soberania dividida“ para o fortalecimento da capacidade de agir em termos europeus, a criação de sistemas reguladores e judiciários válidos em toda a Europa, bem como a permanente busca de um equilíbrio razoável entre ações intranacionais, internacionais e supranacionais constituem um inestimável tesouro de experiências. O interesse por essa experiência é grande na América Latina, porque está cada vez mais claro que as nações isoladas estarão entre as perdedoras na economia e política internacional e que a cooperação regional é uma resposta decisiva para os complexos desafios da globalização.

- Na política mundial, a UE aposta no *multilateralismo*, que enfatiza os interesses comuns, a divisão do poder, a reciprocidade e o acordo de interesses com os outros, orientando-se por regras de jogo a que todos se submetam, bem como por cooperação. Os EUA vêm preferindo desde meados da década de 90 os velhos e bons instrumentos da clássica política de poder, e depois do 11 de setembro essa orientação tende a ganhar ainda mais força. Cultivam „relações bilaterais especiais“ com parceiros estratégicos (p. ex. a Argentina) e, onde for possível, apostam no unilateralismo ou na recusa de constituição de regras globais às quais eles próprios também deverão submeter-se. Richard v. Weizsäcker fala de um „multilateralismo à la carte“ dos EUA. Ao contrário disso, a América Latina, tal como a UE, está interessada num multilateralismo limpo na economia mundial.

Os interesses comuns entre a UE e a América Latina precisam ser aprofundados para se tornarem pontos de partida de iniciativas comuns na política mundial.

3. A América Latina precisa criar competências de governabilidade global

Até o presente, a América Latina concentra-se fortemente nos seus complexos processos internos de reforma. Adaptações estruturais, democratização e combate à pobreza absorvem a criatividade política do continente. A América Latina precisa aumentar seus esforços de política externa para evitar transformar-se num *rule taker* passivo na ordem mundial do novo século. As relações com a UE poderiam ser usadas para dar mais perfil e peso à região no cenário internacional.

4. A América Latina orienta-se cada vez mais para os EUA

Enquanto a política européia continua considerando as relações tradicionalmente boas e estreitas com a América Latina como uma constante histórica e por isso segura, e enquanto os vínculos econômicos, políticos e culturais vão-se debilitando à sombra dessa auto-satisfação, as elites latino-

americanas orientam-se cada vez mais para os EUA: os jovens economistas de primeira linha da região cada vez mais se formam nos EUA, o direito econômico dos países apóia-se cada vez mais nos arcabouços reguladores norte-americanos, as empresas latino-americanas buscam alianças tecnológicas com grupos empresariais americanos, etc. A UE precisa empreender grandes esforços para não perder de vista um parceiro potencialmente importante para a política mundial do século XXI.

No meio dessas tensões abrem-se muitas oportunidades e desafios para uma “parceria estratégica” em forma de empreendimentos concretos em comum. A seguir esboçam-se alguns possíveis campos de cooperação.

III. Diálogo Político

1. Segurança externa e interna

Política de segurança nas relações entre a UE e a América Latina

A segurança não é importante apenas para o cidadão individual, mas desempenha também um importante papel nas relações entre os países e é premissa essencial para o desenvolvimento econômico. Isto tem um peso particular justamente no âmbito da globalização, que no mínimo suspende as fronteiras territoriais ou torna-as difusas. Os processos regionais e sub-regionais requerem cada vez mais cooperação também na política de segurança.

Ao longo das duas últimas décadas, as condições gerais da política de segurança sofreram grandes mudanças na Europa e na América Latina. Além do fim da guerra fria, um fator essencial na América Latina foi principalmente a redemocratização dos sistemas políticos do subcontinente desde meados da década de 80. O conflito leste-oeste não só influenciou o resultado de muitos conflitos armados na América Latina, como também se superpôs a toda a discussão política em torno do modelo de desenvolvimento da região. Em termos de política de segurança, ambas as regiões permanecem estreitamente acopladas aos EUA como única potência hegemônica remanescente, ainda que de maneiras diferentes. Enquanto a Europa está à procura de um perfil independente na política mundial, a América Latina está ameaçada de ficar marginalizada, porque, exceto no que se refere ao combate às drogas, ela perdeu em grande parte a importância estratégica que tinha para os EUA.

Ainda que sob premissas totalmente diferentes, especialmente em relação às suas capacidades econômicas, tanto a América Latina como a Europa precisam redefinir o seu papel no sistema internacional, se no futuro quiserem ser sujeito e não objeto das relações internacionais. Diante deste quadro, a tão citada „parceria estratégica“ entre a Europa e a América Latina poderia ser altamente interessante para ambas as regiões, justamente na área da política de segurança. Existem problemáticas e interesses semelhantes oferecendo numerosos pontos de abordagem para cooperação.

Ainda que justamente em termos de política de segurança a América Latina tenha sido o “quintal” dos EUA, a Europa não deixou de desempenhar durante as últimas décadas um importante papel de contrapeso à predominância dos EUA. Isto ficou claro tanto no papel da CE ou da UE na resolução dos conflitos na América Central (apoio da iniciativa latino-americana de Contadora e do processo de San José), como também na reforma das relações civis e militares durante a democratização e pacificação, bem como da promoção dos direitos humanos. No âmbito da política de segurança clássica, o diálogo político entre o Grupo do Rio e a UE forneceu numerosos impulsos para providências criadoras de confiança e para a transparência dos dispêndios militares.

Atualmente há quatro áreas problemáticas principais na agenda de política de segurança da América Latina e que são importantes também para a Europa ou para as relações entre a Europa e a América Latina:

Extensão da busca por integração regional para a política de segurança.

Assim como a UE vem discutindo uma política externa e de segurança comum, também existem dentro da América Latina diversos processos de busca de consenso na política externa e de segurança. No plano regional cabe mencionar aqui o Grupo do Rio, cujo trabalho se apóia nos começos da cooperação política européia. É verdade que, particularmente no que se refere à política de segurança, o Grupo do Rio também concorre com a cooperação interamericana na OEA, que inclui também os EUA, o Canadá e o Caribe. No plano sub-regional, a cooperação em política de segurança

está mais adiantada no âmbito da integração do Cone Sul, mas ela também vem sendo discutida na América Central.

Além disso, as diversas reformas da política militar latino-americana na esteira da democratização, principalmente a redefinição dos dispêndios das forças armadas e sua restrição a questões da segurança externa, fizeram com que também forças armadas latino-americanas participassem crescentemente de iniciativas para manutenção ou estabelecimento da paz no plano internacional.

Ambas as temáticas convidam ao diálogo e intercâmbio entre a Europa e a América Latina sobre as experiências tanto próprias como comuns. O diálogo sobre política de segurança entre a UE e o Grupo do Rio constitui um ponto de abordagem para isso, se bem que o diálogo deveria ser estendido para além dos temas tratados até agora (medidas de criação de confiança, relações civis-militares), para abranger também outras problemáticas de interesse mútuo. Propõem-se os seguintes assuntos:

- orientação/aproximação das forças armadas latino-americanas aos padrões de relacionamento civil-militar predominantes na Europa e nos EUA;
- apoio na formação e qualificação de especialistas civis em segurança e defesa, bem como organização de centros acadêmicos de estudos do tema;
- a futura orientação e missão das forças armadas num ambiente internacional modificado;
- modernização do equipamento e da formação com vistas às novas incumbências.

Combate à criminalidade geral e organizada.

Uma outra temática de interesse comum na política de segurança da Europa e da América Latina é o problema da criminalidade geral e organizada em disseminação endêmica. Apesar da pacificação de focos de crises intra e interpaíses, a violência na América Latina não diminuiu nos

EUA se refletem sobre o subcontinente da mesma forma que sobre a Europa. Assim como a OTAN, também a OEA declarou o estado de aliança, sem que todavia isto levasse a um apoio militar direto dos EUA. Neste contexto, existem três desdobramentos importantes para a política de segurança latino-americana:

- A vinculação entre o combate às drogas e ao terror. Enquanto os EUA sempre enfatizaram no seu engajamento na Colômbia que a ajuda militar se destinaria ao combate ao cultivo de drogas, desde setembro de 2001 multiplicam-se as vozes exigindo que este limite, que de qualquer modo é quase impossível de traçar, seja abandonado, para intervir abertamente na guerra ao lado do governo.
- Cooperação no combate ao terror como medida das relações bilaterais com os EUA. Existem numerosas indicações de que a administração americana vem reavaliando suas relações com os países latino-americanos. Enquanto até agora se tinha como critério central a cooperação no combate ao cultivo de drogas, parece que entretanto a questão do apoio no combate ao terrorismo passou a desempenhar um papel importante. Diante da indefinição do que seja terrorismo (para os EUA trata-se daqueles grupos que agridem cidadãos ou interesses americanos, seja nos países em que agem ou nos EUA), as portas estão escancaradas para a manipulação arbitrária deste conceito.
- A reavaliação do papel dos militares e dos seus serviços secretos na política interna. Após os atentados terroristas, levantaram-se vozes em numerosos países latino-americanos exigindo a participação dos militares nas questões de segurança interna e – tal como na Europa – um controle maior dos cidadãos (telecomunicação, e-mails, etc.). Diante das experiências durante as ditaduras militares e do fato de que até hoje os serviços secretos constituem um dos resquícios essenciais do autoritarismo, sobre os quais o controle por forças civis democraticamente legitimadas é nulo ou na melhor das hipóteses rudimentar, essa tendência é altamente preocupante.

A América Latina e a Europa não somente possuem um fundo de experiências positivas de cooperação em política de segurança, como

também numerosos interesses e posições comuns que se distinguem daqueles dos EUA. Juntos, poderiam conferir-lhes um peso muito maior no sistema internacional do que isoladamente. Um aspecto importante disso é a preferência por instrumentos multilaterais na política internacional.

2. Drogas ilegais: Ameaça social e desafios políticos

Dois números fazem saltar à vista a dimensão do problema das drogas: segundo dados da ONU, o volume anual do tráfico ilegal de drogas é de 300 a 500 bilhões de dólares; 3 a 4% dos seres humanos são consumidores de drogas.

As drogas são um problema global, ainda que os países andinos da América do Sul sejam atingidos de forma particular.⁴ Não é mais possível sustentar a dicotomia: aqui países consumidores, acolá países produtores. Também nos países produtores e em outros países em desenvolvimento e emergentes o consumo de drogas vem aumentando. Os países mais ricos, ou seja, os países consumidores tradicionais, transformaram-se em países produtores por meio da fabricação de drogas sintéticas. Portanto, a responsabilidade pelo combate ao problema das drogas é de todos.

O cultivo, a produção, a comercialização e o consumo de drogas engloba numerosos males: desde problemas ambientais resultantes da própria produção ou da pulverização dos campos de coca ou de papoula, expulsões das terras em grande escala, violação de direitos humanos, guerrilhas, grupos paramilitares e organizações terroristas financiadas por dinheiro proveniente das drogas, através de corrupção, lavagem de dinheiro, criminalidade organizada, criminalidade de suprimento, até a desestabilização de governos. Acrescentam-se a isso consideráveis danos à saúde, até a morte dos consumidores de drogas.

4. Se no passado a América Latina fornecia cocaína (Bolívia, Colômbia, Peru) e maconha (Colômbia, México) aos mercados ilegais da América do Norte, não existe hoje mais nenhum país que não esteja envolvido no negócio de drogas, seja como fornecedor de produtos químicos, como produtor de matérias-primas, como entreposto ou como lavador de dinheiro e no consumo.

A pulverização de grandes áreas agrícolas põe as pessoas em fuga e faz com que comecem novo plantio de coca ou papoula em outro lugar. O desmantelamento dos grandes cartéis da droga na Colômbia trouxe como resultado somente que o tráfico de drogas existente fosse assumido por bandos menores. Apesar das fortes forças policiais e de segurança comprometidas com o controle das drogas, o tráfico sempre encontra novas vias de comercialização. Segundo informações bem recentes, parece que a produção de heroína que funcionava no Afeganistão e no Paquistão está sendo transferida passo a passo para os países andinos, numa ação conjunta de vários bandos que atuam internacionalmente. Não há perspectivas de sucesso decisivo das medidas antidrogas. Pelo contrário: todos os que se empenham na luta contra as drogas ilegais experimentam dia-a-dia de novo o mito de Sísifo.

Constata-se que a política antidrogas predominantemente repressiva praticada até agora fracassou em termos gerais.

Não é possível resolver o problema das drogas por meio de repressão. A idéia de que seria possível afastar as pessoas do consumo das drogas por meio de repressão, a crença de que a produção de drogas possa ser reduzida pela destruição das áreas de cultivo, tudo isso vem constantemente sendo desmentido pela realidade. Os resultados que se pode esperar do “Plan Colombia”, maciçamente apoiado pelos EUA, confirmarão isso. Ainda que se conseguisse reduzir as áreas de cultivo de coca, papoula e maconha a um mínimo, o problema das drogas não seria controlado. A crescente produção de drogas sintéticas, como Ecstasy e outras chamadas “drogas de lazer”, comprova isso.

O núcleo do mal é o preço das drogas, que alcança valores astronômicos por meio da criminalização do seu consumo. Os baixos custos de produção e os preços de venda final extremamente elevados resultam em altas margens de lucro para todos os participantes das diferentes etapas do “processo de agregação de valor”. Enquanto isto não mudar, a barreira para a solução do consumo de drogas não será resolvida. Sem uma descriminalização do consumo de drogas, juntamente com uma liberação controlada, na qual os controles precisariam ser ajustados de forma dirigida

nas diversas etapas do processo (plantio-produção-comercialização-consumo), todas as medidas antidrogas serão apenas parciais. Conviria, portanto, uma mudança radical de rota. Porém as resistências contra tais mudanças (especialmente nos países com experiência em “proibições”) são grandes. Receiam-se rupturas de barragens na política de drogas e não se quer renunciar a instrumentos que, ainda que tenham sido pouco eficientes no passado, pelo menos já foram testados, a favor de “experimentos” possivelmente irreversíveis.

Como, portanto, é muito improvável que a comunidade internacional se decida em tempo previsível por uma descriminalização, a visão do futuro é pessimista. Apesar disso, os esforços precisam continuar e ser reforçados em todos os níveis do processo, ainda que não da maneira como tem sido no passado.

No plano do cultivo, os países fornecedores e consumidores precisam aumentar seus esforços conjuntos para um desenvolvimento alternativo, usando para isso os instrumentos de cooperação para o desenvolvimento. Nisso só se poderá contar com sucesso se for obedecida a seqüência de primeiro tornar visível um desenvolvimento alternativo (desenvolvimento agrícola integrado, levando em conta a industrialização e principalmente a comercialização) para depois abandonar o cultivo de drogas. Um processo substitutivo simultâneo ou até inverso não funciona. Os produtos agrícolas que sejam essencialmente resultado do desenvolvimento alternativo precisam poder contar com mercados abertos. Neste contexto há também necessidade de mudanças na política de mercado agrícola tanto da Europa como dos EUA. O desenvolvimento alternativo é um processo complexo, que também precisa levar em conta desdobramentos globais.⁵

5. Assim constata-se hoje, p. ex., que o café não é um produto apropriado para o desenvolvimento alternativo, em razão da forte flutuação do seu preço no mercado mundial. A produção de café que se forçou nos anos passados no Vietnã com apoio de créditos do Banco Mundial, que entrementes transformou aquele país no segundo maior exportador mundial de café, faz com que os plantadores colombianos de café desistam da sua produção, vendam sua terra e possibilitem com isso uma substituição perversa.

No plano do consumo de drogas a mudança de paradigma do governo federal alemão, a saber, a transferência da primazia da repressão para a política de saúde, assentou os primeiros marcos no manejo do problema das drogas. Os recursos públicos para prevenção e terapia, com ênfase de ajuda prática para sobrevivência precisam ser aumentados ainda mais. Nunca será cedo demais para a educação a respeito dos efeitos deletérios do consumo de drogas por pais (informados), educadores e professores, bem como a inclusão de grupos de solidariedade (*peer groups*). Aqui, como também nos esforços por desenvolvimento alternativo nos países cultivadores de drogas, a premissa do sucesso é uma ampla participação da sociedade civil. Também nesta área existem muitas possibilidades de cooperação entre a Europa e a América Latina.

É preciso intensificar o intercâmbio de experiências tanto com os países latino-americanos como com os EUA com vistas a uma coordenação melhor da política internacional de drogas. A necessidade de um diálogo político sobre drogas entre a UE e os EUA é premente. Parece que aos poucos a compreensão disso também vai crescendo nos EUA, se bem que sujeita a retrocessos, ou seja, de que a política de drogas clássica em torno da idéia da *harm reduction* (redução do dano que os consumidores de drogas causam a si próprios e também à sociedade), carece de suplementação.

O ONU ocupa-se com o problema das drogas desde o início da década de 60. Em sua declaração de Nova York (1998) ela exige uma “abordagem equilibrada”, que atribui um lugar importante à redução da demanda, ao lado de medidas legais e policiais. Entretanto, ainda falta muito para uma equiparação da redução da demanda e da oferta, como também demonstra o exemplo do Plan Colombia. A redução de demanda via prevenção e terapia ocupa pouco espaço nos planos financeiros dos orçamentos governamentais.

As drogas ilegais constituem um grande problema de segurança tanto para cada país individualmente como para a comunidade internacional. Os acontecimentos de 11 de setembro mostraram que espécie de efeitos pode provir de inteligência destruidora, uma bem tecida rede internacional e

recursos financeiros suficientes. O tráfico de drogas internacional dispõe destes três recursos. Uma cooperação com o terrorismo internacional é possível a qualquer momento.

3. Padrões sociais na discussão entre a União Européia e a América Latina

A globalização redistribui as chances do bem-estar econômico – tanto em âmbito mundial como também dentro das nações. De fato, a idéia da globalização se faz acompanhar de um forte temor de que ela favoreça principalmente os detentores de capital com sua mobilidade mundial, em prejuízo de todos aqueles presos à sua posição nacional ou até local. Dito de forma radical, a globalização promoveria a exploração do trabalho pelo capital. Este temor define um desafio central para a influência modeladora sobre os processos de globalização. Modelar socialmente a globalização significa, visto desta maneira, compensar a perda de poder de mercado e de negociação sofrida pelos participantes não-móveis. O caminho em direção a isto é óbvio: estabelecer um poder oposto.

Nesta direção move-se também a discussão em torno da introdução de padrões sociais internacionais com força legal, que segundo seus defensores colocariam uma trava diante das piores formas de exploração. Essencialmente trata-se de ancorar normas sociais mínimas num plano global, regional ou empresarial. No entanto, a discussão sobre o valor e a utilidade de padrões sociais revela controvérsias. Enquanto os sindicatos, principalmente, vêem na introdução de padrões sociais uma chance de amortecer as conseqüências negativas da globalização, muitos governos e várias ONGs do sul, bem como empresas, pressionam contra os padrões sociais. Uns vêem nelas um protecionismo disfarçado, que quer roubar dos seus países sua única vantagem comparativa – a mão-de-obra barata, outros enxergam empecilhos para os seus investimentos e lucros.

No centro da discussão estão as chamadas normas básicas de trabalho, ratificadas pela comunidade internacional na Conferência da OIT de 1998. Essas normas básicas não se referem a salários, mas a direitos fundamentais dos empregados. O objetivo, principalmente dos sindicatos, mas também

de uma série de países, dentre eles a maioria dos países da UE, é ancorar essas normas básicas do trabalho na OMC como instrumento regulador social internacionalmente aceito, o que, todavia, até agora tem esbarrado na resistência de numerosos governos. Mas a discussão sobre padrões sociais também corre em outros planos. Um aspecto importante refere-se às empresas transnacionais. Quanto a isso, aprovaram-se em fins de 2000, após longas e intensas discussões pela OCDE, as chamadas “Guidelines for transnational enterprises”, que também exigem padrões sociais e códigos de procedimento para empresas transnacionais com atuação mundial. O interessante nisso tudo é que participam dessa discussão também alguns governos do sul da América Latina. Vai em direção semelhante a iniciativa “Global Compact” do secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Anan, que pretende comprometer as empresas nacionais a gerir seus negócios de modo socialmente ético, e que incorpora explicitamente as normas básicas do trabalho. Também em diversas abordagens de integração regional trava-se uma intensa negociação sobre padrões e normas sociais. Isto tanto vale para a UE como para a América Latina, em que alguns modestos começos se desenvolveram nas áreas de integração do Mercosul e da Comunidade Andina.

Em âmbito mundial, a UE é tida como um projeto de integração bem-sucedido, que por meio de normas sociais conseguiu reunir com força legal em todos os países a integração econômica com uma dimensão social. Nesse sentido a UE também oferece a muitos países, instituições e organizações do sul um modelo alternativo e atraente frente ao modelo econômico americano.

A América Latina também poderia tirar proveito da introdução de padrões sociais. A preocupação muitas vezes manifestada de que os padrões sociais teriam reflexo negativo sobre o desenvolvimento econômico não pode ser comprovada empiricamente em lugar nenhum. Além disso, considera-se como fato assegurado que os padrões sociais mínimos terão menos efeitos para os países do hemisfério norte que para o relacionamento mútuo dos países do sul. Isto também tem a ver com o ingresso da China na OMC, o que traz para os países em desenvolvimento um concorrente que não produz consistentemente seus bens cumprindo padrões

internacionalmente válidos. Nessa lógica, os padrões sociais podem contribuir também na América Latina para racionalizar a dura competição por investimentos e vantagens de localização, que cada vez mais é travada às custas das condições de vida e trabalho dos empregados.

É certo que o efeito dos padrões e normas mínimas sociais não deve ser superestimado. Eles podem, no entanto, contribuir para a ancoragem de direitos básicos elementares e o respeito por eles, bem como podem melhorar a situação de vida e de trabalho dos empregados.

4. Sobre a necessidade de cooperação em questões bioéticas

A bioética na Europa

Diante do pano de fundo dos mais recentes processos biomédicos e da decifração do genoma humano, discutem-se hoje na Europa principalmente as pesquisas com células-tronco embrionárias, a clonagem terapêutica, o diagnóstico pré-implantação (DPI) e o manejo de dados genéticos. A envergadura desse debate resulta das questões morais fundamentais sobre o entendimento da essência do ser humano em si – quando é que a vida humana se inicia e quando termina – e que consequências isto teria para a sociedade em geral e para a prática médica e a pesquisa em particular. A questão que se coloca nesse contexto é: como é que a sociedade lidará com a vida indefesa? Tendo diante dos olhos o cenário de possível manipulação genética e talvez até de práticas eugênicas, a questão não é nada menos que o manejo da “herança biológica da humanidade”. Associações de deficientes receiam uma crescente discriminação quando, ao lado do diagnóstico pré-natal, cuja consequência é muitas vezes o aborto de fetos com doenças hereditárias, se passar também à seleção no âmbito do diagnóstico pré-implantação (DPI) se este se desenvolver em direção à padronização. Nesse caso, a vida com deficiências apareceria como „defeito“ evitável, cuja responsabilidade seria atribuída aos pais. Receia-se também a discriminação genética por meio de testes genéticos que possam revelar disposições patológicas, contendo, assim, dados interessantes para as seguradoras de saúde e vida, mas também para empregadores.

O desenvolvimento das biociências, que pode ser considerado revolucionário, força a política a tomar posição em questões fundamentais se ela não quiser sempre claudicar atrás das questões levantadas por novos resultados de pesquisas. Ao mesmo tempo todos os envolvidos sabem que definições nacionais não trarão sozinhas o sucesso desejado, seja que os pesquisadores poderão aplicar no exterior os processos considerados eticamente questionáveis no seu próprio país, seja que os pacientes queiram utilizar medicamentos e terapias – e também o farão – desenvolvidos com base em pesquisas proibidas em seu próprio país. Nem se pode impedir que eles utilizem tais medicamentos, nem eles podem ser impedidos de lançar mão de tratamentos no exterior. Assim, ao determinar proibições, os legisladores nacionais ficam automaticamente sujeitos à acusação de moral dupla. Enquanto nessa área não se definir um mínimo de consenso internacional, qualquer parlamento nacional terá dificuldades com decisões bioéticas, se não quiser assumir pesadas desvantagens econômicas e de política de pesquisa.

Também questões do direito de patentes obrigam o legislador a tomar atitudes. Por um lado, os pesquisadores e empresas de biotecnologia que chegarem na dianteira com resultados aproveitáveis graças a um ambiente favorável à pesquisa asseguram para si direitos decisivos de patente. Por outro lado há um dissenso fundamental a respeito do patenteamento de genes e organismos vivos, no sentido de ser admissível patentear vida – inclusive o gene humano – ou somente processos tecnológicos. Isto acaba criando um confronto entre os representantes dos interesses da pesquisa, da indústria e das associações de pacientes, que pelos mais diversos motivos colocam grandes esperanças nas novas tecnologias, e aqueles que manifestam reservas éticas invocando o princípio da dignidade humana.

Simultaneamente com estes questionamentos cresce o reconhecimento da importância de uma ampla inclusão da população no diálogo sobre a bioética. Enquanto as primeiras comissões de ética sobre questões da medicina moderna geralmente foram constituídas pelas representações da classe médica, que o grande público quase não registrou, existem entretanto conselhos de ética nacionais ou comissões vinculadas aos

parlamentos ocupando-se com questões bioéticas em base ampla, a fim de informar e aconselhar a política e o público. Compõem-se de peritos, pesquisadores, éticos, representantes de correntes filosóficas e religiosas e políticos. Esses grêmios refletem sobre aspectos éticos fundamentais do progresso científico, reagem a preocupações atuais, expressas em público, e promovem especialmente a discussão pública.

Do que se trata em detalhe? No contexto da *medicina reprodutiva* discute-se a reprodução assistida, a doação de óvulos, o diagnóstico pré-implantação (DPI) e a proteção aos embriões. Seria admissível um processo que gere embriões excedentes? É admissível implantar um óvulo doado em outra mulher após a fecundação? Deve-se e pode-se aumentar a taxa de sucesso da fertilização artificial por meio de DPI, pode-se talvez até fazer uma seleção genética? É admissível usar os embriões excedentes que se formam na fertilização artificial para fins de pesquisa de alto nível?

Na *pesquisa médica* trata-se essencialmente da obtenção e do processamento e aproveitamento de material biológico humano a partir de óvulos, embriões e indivíduos vivos ou mortos. Seria lícito produzir células-tronco das quais se pode esperar sucesso terapêutico em doenças até agora incuráveis a partir de embriões „excedentes“? Seria genericamente admissível usar embriões para fins de pesquisa? Podem-se usar óvulos como base para clones terapêuticos ou até reprodutivos? Seria lícito realizar pesquisas em pacientes incapazes de dar seu consentimento? Segundo que critérios se distribuirão os escassos recursos de órgãos doados? Pode-se retirar tecido de defuntos para fins de transplante sem a sua anuência testamentária?

Outro tema é a coleta e o manejo de *dados genéticos*. Quem pode realizar tais testes, com que objetivo e sob que espécie de controle? Quem pode ter acesso aos dados obtidos e que direitos tem a pessoa objeto do teste sobre os seus dados e o seu gene? Além disso, uma lei liberal sobre eutanásia a pedido aprovada na Holanda provocou um amplo debate sobre medicina paliativa.

Comparação Internacional

Nota-se na Europa continental uma tendência para uma posição mais restritiva, enquanto na área de influência anglo-americana a atitude é mais aberta à liberdade de pesquisa, aos interesses dos pacientes e às possíveis vantagens econômicas. O fundo filosófico dessa dicotomia é, de um lado, a ética do dever predominante na Europa continental, que remonta a Kant, e, de outro, o utilitarismo assentado na tradição anglo-americana. Enquanto a ética do dever parte do princípio de que o homem é um fim em si mesmo e que jamais poderá ser usado como simples meio para outros fins, o utilitarismo põe o proveito máximo possível para todos acima da vida do indivíduo. Apesar da diferença de posições, praticamente todas as comissões bioéticas européias mantêm intercâmbio entre si ou mantêm contato através da „Conferência Permanente de Comissões Nacionais de Bioética“ sob os auspícios do Conselho Europeu (a chamada comissão orientadora para bioética (CDBI)). Nisso esforçam-se em unificar seus princípios bioéticos.

Dentro da União Européia, essas regulamentações nacionais sobre pesquisa em embriões e clonagem são, em geral, comparáveis. A clonagem reprodutiva está proibida em toda a área jurisdicional da UE. A clonagem terapêutica ainda carece de regulamentação em alguns países; o único país que a permite, com restrições, é a Grã-Bretanha. A produção de embriões humanos para fins de pesquisa está proibida. A maioria dos países permite a pesquisa em embriões até a idade de 14 dias; a Irlanda, a Áustria e a Alemanha a proíbem. Nas outras temáticas bioéticas as regulamentações variam, mas encontram seu consenso mínimo na Convenção de Oviedo, aprovada pelo Conselho da Europa em 4 de abril de 1997. Com isto existe pela primeira vez um acordo internacional que estabelece regras jurídicas com compromisso de cumprimento para a área médica. A Carta de Direitos Básicos da UE, ainda não integrada no contrato da UE, incorpora importantes regulamentações da Convenção e proíbe no seu Artigo 3º a clonagem reprodutiva, práticas eugênicas e o lucro financeiro decorrente do uso do corpo humano e de suas partes. Segundo uma sentença muito recente do Tribunal Europeu, o patenteamento da decifração de genes só

será possível se a descoberta estiver vinculada a um processo inovador. A Comissão da UE tomou em janeiro de 2002 uma iniciativa visando o prosseguimento da unificação jurídica.

A Grã-Bretanha permite a pesquisa em células-tronco embrionárias e sua produção, bem como a clonagem terapêutica. Além disso, em 13 de dezembro de 2001, a „Human Fertilisation and Embryology Authority“ anunciou que se pretende permitir a „tipificação de tecidos“. Com isso, pais que estejam sob risco de transmitir alguma doença hereditária estarão autorizados lançar mão do DPI para selecionar aquele embrião cujo sangue do cordão umbilical seja adequado para a produção de células-tronco que possam ajudar um filho nascido previamente e acometido da doença hereditária.

Nos EUA existe distinção jurídica entre setores de pesquisa públicos e privados. A retirada de recursos públicos por exemplo para pesquisa em células-tronco embrionárias produzidas após determinada data impede a destruição ulterior de embriões para a pesquisa promovida com recursos públicos, embora não impeça que institutos privados continuem a fazê-lo. Há um forte mercado de capital de risco, e associações de pacientes que entrementes financiam pesquisa biomédica de forma dirigida também proverão os fundos para isso no futuro. No início de agosto de 2001, a Câmara de Representantes dos EUA aprovou com grande maioria uma lei que proíbe a clonagem reprodutiva. Poucas semanas antes, Harold Schapiro, o presidente da *National Bioethics Advisory Commission*, havia advertido contra os „riscos de saúde“ em carta dirigida ao presidente, requerendo que „no momento não se deveriam conduzir pesquisas nos EUA com o fim de clonar seres humanos“. O que levou a essa decisão eram, portanto, receios de saúde por tempo limitado e de modo nenhum o princípio da dignidade humana. Será necessário aguardar se o „Council of Bioethics“, recém-instituído pelo Presidente Bush e dirigido por Leon Kass, estabelecerá outras prioridades. Finalmente, em dezembro de 2001, a empresa americana ACT anunciou sucesso na experiência de clonar um ser humano. A experiência não teve consequências de natureza criminal. A lei que prevê punições de peso para a clonagem ainda não passou pelo senado.

Os ministros das relações exteriores da Alemanha e da França, Fischer e Vedrine, propuseram em junho de 2001 às Nações Unidas a aplicação de uma proibição mundial da „clonagem reprodutiva“. Tanto o protocolo suplementar sobre a clonagem de seres humanos da Convenção de Oviedo como também a Declaração Internacional sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos da UNESCO proíbem essa prática. Busca-se também a proscrição mundial das intervenções na linha germinal humana.

A contribuição da América Latina

Foi principalmente na década de 90 do século passado que os países latino-americanos começaram a prestar contribuições para o desenvolvimento da bioética. Criaram instituições em nível nacional e regional, apresentaram discursos científicos e públicos e também chegaram a participar no debate bioético internacional. Foi de grande importância para o desenvolvimento da bioética na América Latina que já o segundo congresso mundial da Associação Internacional de Bioética se tenha realizado em Buenos Aires (1994). O sexto congresso mundial ocorrerá no início de novembro de 2002 em São Paulo, sob o tema „Power and Injustice“.⁶

-
6. A Argentina foi o primeiro país latino-americano a engajar-se no campo da bioética. Já em 1986 fundou-se um centro nacional de referência em bioética. O ministro da saúde e do bem-estar social criou em 1992 por decreto a primeira comissão de bioética da América Latina. Seu presidente é o secretário de estado da saúde. Uma das suas primeiras iniciativas foi exigir o estabelecimento de comitês de ética nos hospitais. Também o México estabeleceu no mesmo ano um conselho de ética na forma do Consejo Nacional de Bioética. Alguns anos depois (1994/95) a República Dominicana seguiu esses exemplos (Comisión Nacional de Bioética de República Dominicana). Entre as instituições acadêmicas cabe mencionar principalmente a criação da Fundación Mainetti, em La Plata, Argentina, do Instituto Colombiano de Estudios Bioéticos, em Bogotá, e o Departamento de Bioética da Universidade Católica de Santiago do Chile. Uma influência decisiva sobre os códigos internacionais partiu especialmente de Héctor Gros Espiell. Como embaixador do Uruguai na França e delegado permanente junto à UNESCO, ele se tornou vice-presidente do Comitê Internacional de Bioética da UNESCO. A formulação do genoma como herança comum da humanidade incluída na Declaração do Genoma Humano decorre essencialmente da sua influência.

Se compararmos a incipiente bioética da América Latina com a norte-americana e a europeia do oeste, norte, sul e centro, cabe enfatizar o forte papel remanescente dos médicos, como também a orientação mais paternalista da prática médica. No debate interdisciplinar e jurídico-político, a Igreja Católica tem na maioria das vezes um peso muito maior que na Europa. Não obstante, a incipiente discussão bioética constitui um importante aspecto da modernização e da democratização das sociedades latino-americanas. No Chile, particularmente, pode-se também observar a reflexão histórica e moral sobre a época da ditadura na orientação temática da bioética e da renovada ética médica. A revista *Medica de Chile*, que freqüentemente se dedica a questões de ética médica e bioética, tratou repetidamente do papel dos médicos em relação às práticas de tortura sob a ditadura.

Em termos metodológicos, a conversão da ética médica de ética de corporação e virtude em bioética como disciplina orientada por direitos e disciplina é, com poucas exceções (cf. p. ex. Lolas-Stepke, 1996) uma importação da abordagem norte-americana (cf. Diniz/Guilhem/Garrafa, bem como Mainetti). Tematicamente, a bioética latino-americana caracteriza-se principalmente pelos novos desafios da biomedicina induzidos pela tecnologia. Isto envolve o campo dos transplantes de órgãos, juntamente com a questão do critério para morte.

Mais do que nas nações industrializadas do hemisfério norte, também a questão da prevenção de gravidez desempenha um papel na ética da *medicina reprodutiva*, ao lado da reprodução assistida e da questão da interrupção de gravidez (aborto). No caso do aborto é preciso levar em conta a situação jurídica. Em parte, as indicações para impunibilidade são bem estreitas (p. ex. Brasil, Argentina, Colômbia, Peru, Costa Rica). Poucos países admitem indicações um pouco mais amplas (alguns estados do México). É importante notar que o aumento de rigor da legislação penal na fase da ditadura ainda não levou a revisões. Segundo as informações de Eser/Koch 1999, após a eliminação da indicação médica como única possibilidade de aborto legal, ocorrida no último ano da ditadura militar chilena (1989) não houve mais alterações.

Tal como ocorre em todos os países emergentes e do terceiro mundo, também a América Latina enfrenta questões especiais de ética de pesquisa com referência à justa distribuição de encargos, riscos e proveito da *pesquisa científica*, particularmente nos casos de cooperação internacional e de pesquisas particulares em estudos clínicos (NBAC, Mainetti). A National Bioethics Advisory Commission dos EUA apresentou propostas de critérios éticos para realização de estudos clínicos em países em desenvolvimento. Pelo lado dos países envolvidos, cabe mencionar o volumoso documento do Indian Council of Medical Research. Ambos os textos são do ano 2000. Contribuições da América Latina para a questão da *clonagem* parecem ser raros. O departamento de ética do Colegio Medico de Chile participou do debate com a proposta de proibição categórica tanto da divisão embrionária como da transferência de núcleos celulares (19.03.1997).

Também a questão do acesso a medicamentos protegidos por patente é particularmente atual nos países com grande parcela da população em condição de pobreza (Viciano Gofferje). Na área da ética do sistema de saúde, visam-se principalmente os problemas relacionados com subdesenvolvimento, pobreza, fome e crises econômicas, bem como daqueles ligados ao desenvolvimento urbano e os problemas ambientais no âmbito do desenvolvimento descontrolado.

Bioética – uma tarefa conjunta para o futuro

Enquanto nos países industrializados do mundo ocidental se discutem temas resultantes do manejo de pesquisa biomédica em revolução (pesquisa embrionária e clonagem marcada por visões futuristas), na América Latina a aceitabilidade de testes farmacológicos em seres humanos ocupa o primeiro plano. Na medicina de transplantes confrontam-se de um lado visões futuristas de engenharia tecidual e terapias com células-tronco com exacerbações criminais de um comércio mundial de órgãos, ao qual as populações dos países mais pobres estariam expostas. Os progressos na pesquisa de células-tronco poderiam remover a base do mercado de órgãos doados dentro de um prazo ainda não previsível, porém isto poderia enfrentar a oposição de restrições éticas com relação a tais pesquisas. Nos países industrializados, os direitos de patente são encarados do ponto de

vista de política científica e econômica, na América Latina a questão é o acesso aos medicamentos e, na chamada „tecnologia genética verde“, trata-se de assegurar a autonomia em alimentos e a proteção dos direitos sobre seus recursos vegetais naturais.

A elaboração das respectivas atribuições de prioridade e seus fundamentos econômicos, culturais e de política científica contribuirá para melhor compreensão do parceiro e será um campo de cooperação na elaboração de padrões comuns para a pesquisa biomédica e de cooperações em pesquisa. Neste processo é preciso levar em conta as diferentes necessidades e interesses dos continentes. Além da cuidadosa ponderação das chances e dos riscos objetivos segundo modernos métodos de estimativa de consequências tecnológicas, será necessário incluir também as consequências das biociências sobre a sociedade, a economia e a cultura.

O objetivo comum é proteger a dignidade e os direitos humanos contra aplicações abusivas das biociências e ao mesmo tempo promover a liberdade de pesquisa para o bem da humanidade e do desenvolvimento econômico. O aparecimento de oásis anômicos, nos quais pesquisadores individuais e inescrupulosos possam fazer sem controle tudo o que for ou se tornar tecnicamente possível, precisa ser impedido por um posicionamento uniforme do mundo civilizado. Ao mesmo tempo é necessário evitar cair num debate fundamentalista sobre valores, que poderia abrir novos fossos. Um ponto central deste debate é que ele se torne público. A inclusão da sociedade civil no diálogo sobre bioética constitui uma contribuição importante para a formação democrática de opinião.

5. Política ambiental e climática

Há um programa financiado principalmente por países da UE que adquiriu caráter modelar entre as providências ambientais e que poderia ser transferido para os países limítrofes da Amazônia: o „programa-piloto de proteção das florestas tropicais brasileiras“.

Este programa, que se baseia numa iniciativa alemã na cúpula econômica mundial G7 em Houston, em julho de 1990, é até agora a

tentativa mais abrangente de incluir instituições globais (Banco Mundial, países G7, UE) numa ação concentrada com instituições nacionais, regionais e locais na América Latina (no caso, no Brasil) num programa destinado à realização dos objetivos da Agenda 21 definida em 1992 na conferência UNCED, no Rio de Janeiro.

Nas florestas tropicais, cuja biodiversidade e função como importantes pólos de absorção de CO_2 atmosférico precisa ser assegurada, tanto quanto sua importância como habitat de uma população regional altamente vulnerável, testam-se desde 1995 alternativas de utilização por meio de um modelo de desenvolvimento inovador e compatível com o ambiente, que poderá a médio e longo prazo resultar numa redução contínua da destruição das florestas e com isso também das emissões de CO_2 . Pretende-se com isso dar apoio financeiro e de conteúdo à reorientação empreendida pelo Brasil nos anos 90 na política regional de desenvolvimento.

Este programa-piloto, conhecido como PPG-7, vem sendo até agora sustentado financeiramente principalmente por países da UE, na forma de doações. Entre os países doadores para o financiamento do programa, os custos de aprox. US\$ 350 milhões vêm sendo cobertos principalmente pela Alemanha, com 43%, a UE, com 23% e a Grã-Bretanha, com 8%. A participação muito reticente dos EUA importa em apenas 5%. O Brasil assumiu os custos de pessoal, estando com isso representado com 15%. O Banco Mundial coordena o programa.

Este programa-piloto, muito bem-sucedido até agora, sustenta-se no consenso de todos os participantes de que principalmente na área florestal, as convenções restritivas de proteção à natureza que não levem em conta a problemática social do mundo em que vivem as populações regionais e locais, não são politicamente viáveis.

O programa-piloto tem uma função de exemplo para a cooperação entre países industrializados e em desenvolvimento na solução de problemas ambientais globais. Tenta-se aí comprovar a compatibilidade de objetivos ecológicos, econômicos, sociais e ambientais, com simultânea proteção e utilização das florestas tropicais.

Enquanto no âmbito nacional a descentralização da política ambiental, a inclusão do conhecimento local, a colaboração das ONGs e do setor privado, juntamente com o aprimoramento do manejo dos recursos naturais e da gestão de áreas de proteção natural é muito importante, o valor do programa PPG-7 internacional reside em poder ser transferido para outros ecossistemas florestais da América Latina.

A discussão para a introdução da 2ª fase do PPG-7 no Brasil (extensão do programa para a Mata Atlântica) diz respeito também a uma expansão transnacional de tal programa.

Durante o preparo de uma Agenda 21 para a „Grande Amazônia“, em março de 1997, por ocasião da avaliação Rio+5, e na assembléia geral da Nações Unidas em junho de 1997, em Nova York, já se discutiu a inclusão de atividades para o desenvolvimento regional sustentado em agendas nacionais e regionais e, com isso, o acerto de uma agenda geral com todos os países participantes da Amazônia, tendo recebido uma avaliação muito positiva por parte dos representantes de todos os países interessados, por ocasião da „Conferência Internacional Amazônia 21“, em novembro de 1997.

Essa expansão do programa seria uma consolidação do papel de liderança dos países da UE na política ambiental dos próximos anos na e para a América Latina. Isto tanto mais pelo fato de os EUA se concentrarem somente em áreas parciais selecionadas de pesquisa ambiental no âmbito do PPG-7, aliás contrastando com a pesquisa aplicada da Alemanha (entre outros, o programa BMBF).

No âmbito da política climática, os interesses na América Latina são variados e determinados apenas limitadamente por seu real envolvimento com as mudanças climáticas. Assim, a proteção ao clima, tal como a proteção ambiental e de recursos em geral, ocupa na maioria dos países um lugar de pouca importância na agenda política; as exceções são a Bolívia, a Colômbia, a Costa Rica e – com restrições – o Brasil. Esse relativo desprezo político pelo tema está em crasso contraste com os prognósticos do IPCC, segundo o qual o produto interno bruto da América Latina cairá

entre 0,9 de 3,1% se o teor de dióxido de carbono no ar dobrar. As perdas potenciais relativamente altas da América Latina na comparação internacional dependem principalmente de dois fatores:

- a grande importância econômica da agricultura extensiva, que depende grandemente dos ciclos funcionais naturais e
- a presumida pouca capacidade das instituições privadas e públicas para investir em tempo hábil em medidas preventivas contra os efeitos das variações climáticas.

Diante da grande parcela de florestas na América Latina (27% das áreas florestais do mundo), a questão da inclusão das selvas no *Clean Development Mechanism* (CDM) teve um importante papel até a última sessão da convenção climática em Marrakesh. Enquanto o Brasil se aliou à posição da UE, querendo que se considerassem apenas atividades de reflorestamento, os outros países do Pacto Amazônico, exceto o Peru (ou seja, Bolívia, Equador, Venezuela e Colômbia), bem como a Costa Rica e o México, apoiaram a posição dos EUA, que queriam diminuir suas obrigações de redução das emissões de CO₂ por meio da inclusão das florestas como pólos de absorção de CO₂. No entanto, todos os países latino-americanos contam com vantagens econômicas por meio do comércio de licenças de emissão de CO₂.

No entanto, o papel dos EUA na política ambiental está repercutindo muito negativamente na América Latina em razão da sua postura de bloqueio nas cúpulas ambientais dos últimos anos, principalmente também por causa das suas rígidas exigências de uma rápida inclusão dos países em desenvolvimento nas obrigações de redução do CO₂.

Desde 1992, a EZ tem colhido crescente experiência na área de consultoria de política ambiental e de desenvolvimento de instituições na área ambiental. Em vez de limitar-se ao apoio da gestão ambiental, pretende-se com isso melhorar a capacidade de solução cooperativa de problemas dos participantes públicos e privados na área ambiental. O objetivo é a gradual institucionalização da política ambiental, ou seja, a integração da dimensão ambiental em todas as políticas setoriais necessárias e na agenda

dos principais grupos causadores. A partir dessa perspectiva, a constituição de capacidades ambientais é uma importante premissa para a eficácia das providências em outras áreas, p. ex. também em pesquisa e tecnologia, conforme consta abaixo.

O desenvolvimento de instituições na área ambiental necessariamente se assenta no plano local ou nacional e de forma exemplar no combate a importantes problemas ambientais. Esta abordagem pode muito bem andar par a par com o combate a problemáticas globais, como a alteração climática, por estar aberta a amplas alianças e redes de atuação, podendo ser aplicada de forma particularmente boa a problemáticas complexas.

A alteração climática regional e seus efeitos ainda não estão bem previsíveis, porque ainda faltam séries de dados sobre o tempo, safras, etc., para possibilitar a simulação de alterações e seus efeitos locais. Será necessário desenvolver modelos climáticos localmente adaptados. É preciso intensificar a pesquisa dos ecossistemas e dos ciclos hídricos, bem como da interação entre utilização da terra, tecnologias empregadas e as mudanças climáticas. A pesquisa e consultoria agrícola não pode limitar-se a estratégias de modernização centradas em *inputs*, mas precisa também levar em consideração sistemas produtivos tradicionais, a fim de que a utilização do solo, da água e da vegetação exerça menos pressão ambiental, e também para vincular o manejo dos riscos ambientais ligados à agricultura com a melhoria das condições de vida no campo. Isto requer a criação de capacidades de pesquisa e a promoção de sucessores entre os cientistas, capazes de utilizar e interpretar essas informações, colocando-as à disposição dos atores políticos.

Para facilitar o acesso a conhecimentos de interesse climático no plano regional, seria necessário fortalecer as correspondentes estruturas no plano regional e viabilizar sua operação – existem inícios disso na Corporación Andina de Fomento. Seria também útil um intercâmbio científico de interesse político, p. ex. na forma de um fórum climático regional, do qual participassem, além dos cientistas, também políticos, representantes de interesses e ONGs.

IV. Cooperação tecnológica e sociedade informatizada

Os países latino-americanos compartilham com a Europa o desafio de ter de dar conta da transição para uma economia mundial baseada em conhecimento, caracterizada pelas rápidas mudanças tecnológicas e curtos ciclos de inovação. As tradicionais vantagens competitivas, como baixo custo de mão-de-obra e recursos naturais, não são mais suficientes para assegurar um desenvolvimento social e ecologicamente sustentável. Muitos países reconhecem a necessidade de reformas e alguns já empreenderam passos no sentido de criar sistemas nacionais de inovação. Assim, a Costa Rica é um importante pólo de produção de componentes microeletrônicos e de software, e o Brasil e a Colômbia estão há anos conduzindo programas visando melhorar o potencial científico-tecnológico das suas faculdades para aplicação à prática comercial. Não obstante, a criação de sistemas de inovação funcionais é um processo demorado.

Sistemas de inovação totalmente configurados, tais como existem na maioria dos países europeus, caracterizam-se pela interação entre a produção de novos conhecimentos tecnológicos nas universidades e institutos de pesquisa e o seu aproveitamento comercial por empresas inovadoras. Esse sistema inovador é complementado por prestadores de serviços especializados privados ou públicos, que aceleram o fluxo dos conhecimentos e provêem múltiplos serviços de transferência entre os sistemas parciais públicos e privados. A fundação de novas empresas que levem os serviços e produtos da frente de pesquisa para a prática comercial acelera as transformações tecnológicas e cria empregos de alto valor. Condição irrenunciável para esse processo é a existência de *seed* e *venture capital* para a fase de fundação e crescimento de jovens empresas de tecnologia.

Na aproximação a este modelo, a América Latina pode tirar proveito de um reforço na cooperação científico-tecnológica e no intercâmbio de experiências com a Europa, com vistas às seguintes tarefas:

- Os investimentos públicos em formação técnica de alto valor, bem como em ciência e pesquisa, precisam aumentar. Diante da difícil situação dos orçamentos públicos é preciso dar atenção especialmente à alocação bem dirigida e eficiente de recursos adicionais, de modo que conduzam a um aumento de preferência imediato da receita estatal por via tributária.
- A tendência de inovação e o esforço tecnológico no setor privado precisam aumentar. As empresas precisam reconhecer a importância do conhecimento para o seu sucesso de longo prazo no mercado e empreender pesquisa e desenvolvimento mais sistematicamente que no passado. Novas empresas baseadas em conhecimento precisam complementar e rejuvenescer as estruturas empresariais existentes.
- As faculdades precisam redefinir o seu papel num mundo transformado. Precisam encontrar o ponto de equilíbrio entre sua tarefa de formação humanística de um lado, e a formação e pesquisa para uma economia crescentemente orientada pela competição, de outro.
- As instituições de pesquisa extra-universitárias deveriam ser estimuladas a sair dos seus respectivos nichos e mais do que no passado contribuir para a solução de problemas concretos na economia e na sociedade.
- Os entrelaçamentos entre os produtores e usuários de conhecimentos tecnologicamente relevantes precisam ser intensificados, é preciso definir e perseguir objetivos comuns e encontrar uma „linguagem comum“ para eles.

Desde os anos 90 existem programas de cooperação entre a Europa e a América Latina, capazes de melhorar o desempenho dos sistemas de inovação latino-americanos. Vale mencionar aqui principalmente o sistema ALFA de cooperação universitária, com recursos no montante de 38,4 milhões de euros nos seus primeiros cinco anos de existência, e que foi prorrogado por mais seis anos, até 2005, com volume financeiro ligeiramente

maior. Além disso existem múltiplas cooperações bilaterais, algumas já por muitos anos, nas áreas de educação, ciência e tecnologia.

Sistemas de inovação de melhor desempenho na América Latina e um entrelaçamento mais intenso dos atores europeus e latino-americanos também interessam à Europa. Empresas competitivas e com potencial de crescimento em setores exigentes fornecem pontos de contato para desenvolvimento subsequente e aplicação de conhecimentos básicos gerados nos centros de pesquisa e universidades europeus. Parcerias científicas e tecnológicas também permitem o refluxo de novos conhecimentos provenientes da América Latina e podem assim estimular novas pesquisas e inovações na Europa. Finalmente, o trato conjunto de questões ligadas aos problemas e à utilização de recursos específicos em parceria, p. ex. do imenso potencial genético da América Latina, pode levar a quebrar barreiras na solução de problemas globais (p. ex. na área da saúde e na proteção ambiental).

Os pontos de abordagem para a cooperação entre Europa e América Latina são múltiplos. O mais importante nisso são medidas que extrapolem a cooperação isolada e que resultem em efeitos criadores de estruturas. Exemplos disso são:

- O intercâmbio intensificado de líderes científicos e técnicos. As experiências mostram que tais cooperações e formações avançadas proporcionam relações cooperativas de longo prazo entre atores inovadores.
- O intercâmbio intensificado de estudantes e graduados com o objetivo de oferecer oportunidades precoces de experiência intercultural aos futuros profissionais e líderes, e de conhecer outras culturas científicas. O programa ALFA da Comissão Européia, bem como os programas bilaterais de intercâmbio de muitos países, precisam ser fortalecidos e as organizações de fomento dos países latino-americanos parceiros precisam ser envolvidas ativamente.
- A cooperação intensificada entre faculdades particularmente competentes em suas respectivas disciplinas e redes de inovação (centros de

excelência). Esses atores são particularmente adequados para um intercâmbio rápido de novos conhecimentos tecnológicos e sua respectiva aplicação prática.

- A criação de fundos comuns para o financiamento de empresas baseadas em conhecimento durante as fases de fundação e crescimento. Aqui existe oportunidade de cooperação para diferentes atores privados (bancos, fundos) e públicos (supervisão bancária) da Europa e da América Latina para fins de proveito mútuo.

A sociedade informatizada

As „novas tecnologias de informação e comunicação“ (NTIC) desempenham no mundo todo um papel decisivo no posicionamento de determinados países na competição global – seu desenvolvimento é a base para a reestruturação das sociedades pós-industriais em sociedades nas quais a gestão de informações ou de conhecimentos se torna o fator decisivo de produção. Tal como os países em desenvolvimento em geral, também os países latino-americanos estão diante do desafio de enfrentar essa nova realidade, e em parte empreendem consideráveis esforços para melhorar as pré-condições institucionais, a infra-estrutura física e a aceitabilidade social das NTIC.

Embora a expansão das telecomunicações ofereça a possibilidade de „saltos de desenvolvimento“, ou seja, no caso, sistemas de informação e comando sustentados por NTIC em administrações públicas, empresas e federações/associações, as condições iniciais são muito diferentes na Europa e na América Latina. As respectivas situações econômicas, socioculturais e institucionais existentes determinam em grande parte como e com que sucesso as novas possibilidades tecnológicas poderão ser utilizadas para o desenvolvimento.

Possuindo, em comparação com a América Latina, suficientes recursos financeiros, estando política e socialmente integrada e podendo beneficiar-se de uma longa tradição de administração pública, a Europa pode dar-se ao luxo de percorrer o caminho em direção à sociedade

informatizada de forma cautelosa e sistemática. Em geral, o ingresso em reformas mais abrangentes é feito através de projetos-piloto com acompanhamento científico; a segurança das redes e a proteção de dados são altamente valorizados.

Os países latino-americanos, por sua vez, lutam com um „digital divide“ que obstrui o acesso (individual) à rede para a maior parte da população e constitui uma imagem fiel do profundo fosso social que separa a massa dos pobres da minoria dotada de poder de compra. Mesmo assim, a sensação de possivelmente „perder (novamente) o bonde“ fez com que em numerosos países as empresas, os governos/administrações e as organizações da sociedade civil aceitassem os desafios da sociedade informatizada com forte engajamento, um despreocupado prazer em experimentar e grande criatividade. O Peru foi pioneiro nos acessos públicos à internet (*telecentros*) e no Brasil a introdução do *e-government* goza de máxima prioridade.

Existem claras controvérsias na discussão sobre se a implementação de „administrações virtuais“ em países com estruturas administrativas tradicionalmente precárias e em geral susceptíveis de corrupção poderá (a) aumentar a eficiência das administrações públicas, (b) ampliar o leque de ofertas de serviços públicos e (c) tornar mais participativos os processos de formação de vontade política e decisão. No entanto, é unanimidade que as NTIC e as formas de „política digital“ podem e devem desempenhar um papel decisivo, desde que incorporadas a um processo abrangente de modernização do Estado.

O intercâmbio de informações e experiências entre a Europa e a América Latina precisa ficar como diretriz máxima da incorporação das NTIC, especialmente da utilização da internet, numa estratégia de modernização de toda a sociedade – nesse sentido trata-se de uma típica „tarefa transversal“. A cooperação deve respeitar as diferenças, mas pode também apoiar-se em características comuns. O futuro da sociedade informatizada continua sendo uma incógnita na qual se requer tanto a pesquisa sistemática como a experimentação criativa.

Quais seriam as áreas de abordagem para o diálogo Europa-América Latina, onde existem possibilidades de intercâmbio de experiências e outras formas de cooperação?

1. Tópico “internet governance”: O caráter internacional da rede requer cada vez mais normas e processos internacionais e possivelmente novas regulamentações e instituições com validade mundial a respeito de numerosos aspectos que hoje são regulamentados nacionalmente (ou de forma insuficiente no plano internacional): padrões técnicos, segurança de rede, assinatura digital e propriedade intelectual são apenas alguns dos tópicos desta temática. A Europa e a América Latina podem elaborar posições comuns sobre temas políticos, sociais e jurídicos e abri-los para um debate sociopolítico mais amplo.

2. Tópico “digital divide”: Este conceito descreve o fato de que a estrutura física da NTIC e, com isso, o acesso a ela, está internacionalmente configurada de maneira desigual, ou seja, que mesmo havendo infraestrutura suficiente, existem condições socioculturais (renda, nível de instrução, modelos culturais, etc.) opondo-se a um acesso aberto a todos os cidadãos. Na América Latina, o modelo europeu da utilização individual da internet só pode ser transferido a uma pequena parcela da população. *Telecentros* públicos, o equipamento de escolas e bibliotecas, etc. terão de receber em prazo previsível alta prioridade para os governos e a iniciativa privada e requerem apoio para impedir um aprofundamento do „fosso virtual“.

3. Tópico “e-government”: Os governos e administrações de todos os níveis descobriram nos últimos anos a internet como possibilidade de se comunicar com os cidadãos ou de melhorar a eficiência e transparência da atividade administrativa. O Brasil, particularmente, é pioneiro nesta área: muitos atos administrativos estão sendo automatizados (leilões inversos em licitações, cálculo de aposentadorias, etc.) e estão à disposição *on-line* para quem esteja habilitado ao acesso. No entanto, o „governo eletrônico“ desperta uma série de questões complexas: padrões técnicos (software livre, compatibilidade), segurança de rede, proteção de dados, assinaturas digitais, etc.). Acrescentam-se a isso questões como a aceitação pelos usuários,

acesso para deficientes visuais, etc. Para usuários sem acesso à internet, modelos como o *Poupatempo* em São Paulo podem ser interessantes – centros do tamanho de galpões industriais com numerosos postos administrativos, adequadamente informatizados e atendimento ágil (em média 30 minutos). As experiências de numerosas grandes corporações latino-americanas com projetos de „governo eletrônico“ podem ser de grande interesse para administrações da UE.

4. Tópico “e-democracy”: Hoje a política ainda se limita na internet quase ao acesso a informações (p. ex. sobre iniciativas legislativas, atividades de políticos individuais, etc.) e a discussões sobre o tema. A democracia praticada *on-line*, ou seja, eleições e outros processos de co-gestão e decisão em redes fechadas ou abertas de computador, ainda são exceções. O desenvolvimento e teste de padrões seguros nesta área proporciona frutíferos pontos de abordagem para a cooperação entre Europa e América Latina, especialmente também na área das sociedades civis (partidos políticos, associações e federações, sindicatos, etc.).

5. Tópico “e-commerce”: O comércio eletrônico, também o processamento de compras e projetos públicos (licitações, pagamentos, etc.) aumentará intensamente nos próximos anos, e muitas plataformas competem pelos usuários. No âmbito geral do processamento comercial continuam a levantar-se numerosas questões, cuja discussão está em geral mais adiantada na Europa que na América Latina. Segurança jurídica, tributação e alfândega, proteção de dados, proteção do consumidor, trânsito seguro de pagamentos e proteção de propriedade intelectual são só alguns dos tópicos desta área. Particularmente as regulamentações estabelecidas no plano internacional (OMC e outras) colocam os legisladores nacionais diante de problemas complexos. Sua aplicação requer padrões internacionais harmonizados válidos, e principalmente os países menores correm o risco de „perder o bonde“.

6. Tópico “green card”: A carência de profissionais de informática na Europa levou ao recrutamento sistemático de especialistas dos países em desenvolvimento, cuja formação muitas vezes foi paga por recursos públicos. Em muitos casos, porém, há carência de profissionais também

nesses países. A cooperação na área de pesquisa e ensino e outras providências educacionais são um tema de importância premente.

Em novembro de 2001, a Comissão Européia criou o programa „@ilis – Aliança para a Sociedade Informatizada na América Latina“. Com um volume financeiro no total de 85 milhões de euros pretende-se fomentar 20 projetos inovadores em quatro áreas temáticas superpostas: *e-inclusion*, *e-learning*, sistema de saúde pública e governo local. Além disso pretende-se expandir o diálogo político e a cooperação científica na área das tecnologias de informação e comunicação. Em abril de 2002 se dará partida oficial ao programa por ocasião do encontro de ministros para preparo da cúpula UE-América Latina em Sevilha.

V. Intercâmbio cultural e científico

A Europa e a América Latina constituem uma comunidade de valores. No setor cultural desenvolveram-se entre ambas as regiões muitos processos culturais e científicos em perfis simétricos de reflexão política e desenvolvimento organizacional, mas sem desenvolver sistematicamente espaços comuns de intercâmbio e reflexão. Em vista dos processos de globalização, é preciso levar em conta a nova centralidade da cultura, desenvolvendo novos conceitos culturais de valor. Ambas as regiões apostam nos direitos humanos, nas liberdades fundamentais, na democracia e numa economia de mercado social e ecológica. Mesmo assim, esta comunidade de valores não é gratuita e tem sofrido repetidamente pesados reveses em ambos os lados do Atlântico. Precisa por isso ser continuamente protegida e fortalecida.

Já por isso não basta destacar os pontos comuns que unem ambas as culturas; antes importa sobretudo experimentar o que é diferente e estranho e tratar de compreendê-lo e respeitá-lo – isto vale para a política cultural tanto interna como externa. As relações birregionais precisam dedicar-se com afinco a essa tarefa, para que possam consolidar-se e fortalecer-se durante os próximos anos.

Entre a Europa e a América Latina existem estreitos laços histórico-culturais, mas as gerações mais jovens olham muito mais para os EUA que para a Europa em sua busca por chances para o futuro. A Europa perdeu sua importância como centro de atração intelectual, o que é comprovado pelo pequeno número de requerimentos para cursos na Europa partidos da América Latina.

Fundamentar bases comuns para compartilhamento humano significa estabelecer novas linhas de discussão com base na comunhão de valores, para desenvolver de forma dirigida as possibilidades de entendimento mútuo. A política cultural não pode desenvolver-se independentemente da dinâmica atual da internacionalização: hoje o intercâmbio cultural entre a Europa e a América Latina transcorre grandemente para além das estruturas bilaterais tradicionais e mediante inclusão de múltiplos atores que não seguem mais pretensões de hegemonia cultural nacional. Por isso, para possibilitar comunicação artística, intercâmbio científico e desenvolvimento de projetos comuns de modelos de interpretação e de cosmovisão, a cooperação cultural e científica no contexto euro-latino-americano dependem também de instrumentos comunitários na UE e na América Latina, apesar da pluralidade cultural e da subsidiaridade de nações e regiões.

As estreitas relações humanas e o desenvolvimento dos contatos entre as sociedades civis de ambos os lados do Atlântico são indispensáveis para a configuração bem-sucedida das relações políticas e econômicas entre ambas as regiões, mas também para o processo de intercâmbio intercultural e da compreensão.

Recomenda-se por isso:

Fortalecimento da coerência do diálogo político

Para além das negociações econômicas no âmbito dos acordos de livre comércio, o diálogo político entre a Europa e a América Latina também é entendido como elemento característico das relações birregionais. Assim, a UE busca enfatizar suas relações com aqueles parceiros latino-americanos que muitas vezes não estão presentes nas negociações entre os EUA e a América Latina.

No entanto, até o momento esta característica diferenciadora tem-se mostrado subdesenvolvida e o efeito estimulante para as relações birregionais ainda não ocorreu. Passando além das consultas em nível de governo, surge daí a necessidade de uma redefinição do espectro temático, bem como das formas de diálogo político entre a Europa e a América

Latina, e isto não somente com vistas a áreas regionais e sub-regionais, mas também à composição da roda de participantes deste diálogo.

- Relacionamento homem-natureza/ambiente/clima
- Bioética
- Segurança externa e interna
- Drogas
- Cláusulas e padrões sociais
- Educação e ciência

Com relação às formas de diálogo político e dos seus participantes, recomenda-se encontrar limites mais abertos e uma configuração adequada do espaço, que não precisa ser necessariamente idêntico ao das estruturas institucionais da integração sub-regional. Convém encontrar formas adequadas de participação para representantes da sociedade civil, dos parlamentos e das áreas culturais e acadêmicas.

Criação de uma moldura institucional para o diálogo cultural e científico

O diálogo cultural e científico requer bases institucionais para evitar que se disperse em medidas isoladas. Além dos programas de alguns dos países da UE para apoio e sustento de instituições culturais na América Latina, não existem forças sistemáticas nem na Europa nem na América Latina orientadas para a promoção do intercâmbio cultural mútuo. Assim, a tarefa da política comunitária precisa ser a de fomentar essas condições estruturais permanentes. Os esforços regionais precisam contribuir para superar a assimetria das relações culturais que resulta da grande quantidade de programas culturais dos países da UE e da pequena presença de instituições latino-americanas na Europa. Dever-se-ia por isso focalizar um interesse especial em fomentar atividades de aprofundamento de uma cultura de cooperação, bem como experiências que comprovem em determinadas áreas de cooperação que redes científicas e culturais transnacionais possam proporcionar soluções para problemas comuns e globais.

Disto derivam os seguintes eixos estratégicos:

- O intercâmbio cultural organizado deveria apresentar seqüências de cooperação e projetar espaços sistemáticos de reflexão para promover a atualização da comunidade histórica de valores e a formação de comunidades de discurso no plano cultural e científico. Cabe desenvolver programas que sejam adequados para assumir uma função de ponte entre as atividades de caráter pontual e o intercâmbio individual entre as nações. Neste sentido, a herança cultural de ambos os lados do Atlântico constitui um ponto de partida e pode servir de base para o entendimento mútuo e para uma nova colaboração intercultural no presente. Como medidas concretas pode-se mencionar:
- O aprofundamento do intercâmbio entre diversas corporações acadêmicas, associações profissionais, etc. e os seus foros para fomento e aproximação entre personalidades de destaque, e a reanimação de relações perdidas entre a Europa e a América Latina. O diálogo entre as principais revistas culturais no âmbito birregional poderia ser um instrumento para a definição de linhas temáticas comuns e para estimular o mútuo intercâmbio de idéias.
- Fomento do intercâmbio de estudantes, graduados e docentes no âmbito de redes universitárias euro-latino-americanas, que garantam o reconhecimento dos créditos de estudo obtidos no exterior e que tenham como objetivo de longo prazo o estabelecimento de módulos de estudo comuns, até chegar a cursos de diplomação dupla.
- Fomento de cooperações universitárias regionais com inclusão de programas de mobilidade para fortalecer a idéia da integração, especialmente pelo intercâmbio das gerações mais jovens.

Garantia de condições gerais adequadas para projetos comuns de conservação e desenvolvimento do patrimônio cultural e da criação artística

O fortalecimento da comunidade de valores entre Europa e América Latina requer novas estratégias de comunicação para conservar suas raízes, mas também para projetos orientados para o futuro. Para isso ainda há grande carência de condições gerais que concretizem a responsabilidade comum por essas tarefas. Projetos adequados, foros e redes são instrumentos úteis para isso, mas também o intercâmbio, a cooperação e a participação em festivais são elementos importantes. Projetos para o desenvolvimento de programas comuns de artes cênicas e plásticas, de música e do patrimônio cultural precisam de salvaguardas para poder trabalhar persistentemente e, com isso, gerar efeitos. Neste processo, a criatividade, a diversidade e a internacionalidade de processos culturais, bem como a diversidade de perspectivas precisam permanecer como diretrizes da atividade cultural, garantindo formas e visões próprias.

O restabelecimento de antigos vínculos com novas características, a busca de novas respostas e contatos e, com isso, o reestímulo do intercâmbio cultural entre a Europa e a América Latina não pode servir-se de formas rígidas, mas requer um instrumentário flexível que viva intensamente em função da idéia de estruturas entrelaçadas, dos fóruns e da multiplicidade de formas de comunicação.

Pontos de abordagem adequados poderiam ser:

- A conservação e o desenvolvimento do patrimônio cultural histórico e vivido de ambas as regiões por meio de projetos, seja na área de preservação e proteção de monumentos, das instituições da memória cultural ou da transferência de conhecimentos e técnicas.
- Apoio na implementação de uma rede entre bibliotecas e arquivos europeus e latino-americanos, com o objetivo de garantir a conservação do acervo e o acesso a materiais digitalizados, com base em projetos comuns.



- Inclusão da perspectiva cultural e de projetos culturais em programas de cooperação para o desenvolvimento.
- Fomento de redes para as diferentes áreas de trabalho cultural e de contatos e cooperações interculturais, inclusive de exposições (cultura ALFA).
- Reconhecimento da diversidade cultural por meio de atenção especial a projetos de sociedades multiétnicas ou grupos indígenas.
- Fomento de projetos de cooperação artística na internet.

Fundação Konrad Adenauer (KAS)

Fundação Friedrich Ebert (FES)

Instituto de Estudos Ibero-Americanos (IIK)

Instituto Ibero-Americano / Preußischer Kulturbesitz (IAI)

Instituto para o Desenvolvimento e a Paz /

Universidade Gerhard-Marcator (INEF)

Instituto Alemão para o Desenvolvimento Político (DIE)